

Obras em andamento	[...] Continuação	-	58.768
Baixas líquidas		-	-
Depreciações	(509.151)	(696.818)	-
Saldos no fim do exercício	4.273.798	4.348.765	
9. Intangível: Abrange ativos incorpóreos, classificados conforme NBC TG 04 (R4), sendo que foram totalmente amortizados.			
Descrição	Taxa	2021	2020
Software		48.738	48.738
Amortização acumulada	20%	(47.738)	(47.738)
Saldo Final		-	-

10. Obrigações Trabalhistas, Sociais e Tributárias:			
a. Obrigações Trabalhistas			
Descrição	2021	2020	
Salários a pagar	4.275.635	4.537.149	
Pensão alimentícia	33.458	32.220	
Rescisões a pagar	25.840	38.160	
Total	4.334.933	4.607.529	
b. Obrigações Sociais:			
Descrição	2021	2020	
INSS a recolher Folha de Pagamento	393.563	348.191	
FGTS a pagar	766.603	762.466	
Total	1.160.166	1.110.657	
c. Obrigações Tributárias			
Descrição	2021	2020	
IRRF a recolher	1.778.184	1.748.572	
INSS a recolher Autônomos	29.226	22.567	
INSS a recolher de Terceiros	461	461	
PIS/COFINS/CSLL a recolher	54.057	59.968	
ISS	-	14.133	
Outras retenções de terceiros	41.362	53.574	
Subtotal Passivo Circulante	1.903.290	1.899.275	
Total Passivo (Circulante + Não Circulante)	1.903.290	1.899.275	

Saldo anterior	Valores recebidos	Rendimentos financeiros	Consumo	Valor residual
588.749	140.771.897	60.774	(140.150.402)	1.271.018
"Uma subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições desta Norma. A subvenção governamental não pode ser creditada diretamente no patrimônio líquido" (Item 12, NBC TG 07 R2). Valores Recebidos: Referem-se aos montantes financeiros efetivamente recebidos no exercício. Rendimentos financeiros: Trata-se de rendimentos das aplicações financeiras dos recursos repassados pela SES, para realização das atividades do Contrato de Gestão. Consumo: Demonstra os gastos que foram empregados na Organização Social de Saúde ao longo do exercício social. Em 2021 para fazer frente a suas despesas e executar suas atividades o Hospital recebeu valor de custeio, durante o exercício social, no total de R\$ 132.344.746. Nesse montante já está contemplado as reduções de recursos financeiros de custeio que ocorreram durante o exercício, sendo R\$ 41.075 para o mês de maio/2021 e R\$ 41.075 para o mês de junho/2021, totalizando uma redução efetiva de R\$ 82.150.				

Verba	2021	2020
Termo aditivo n.º 01/21	115.059.060	115.059.060
Termo aditivo n.º 07/21	268.500	268.500
Termo aditivo n.º 08/21	3.960.633	3.960.633
Contrato de Gestão n.º SES-PRC-2021/32592	13.138.703	13.138.703
Subtotal	132.426.896	132.426.896
Termo aditivo n.º 03/21	(82.150)	(82.150)
Subtotal Redução Verba	(82.150)	(82.150)
Total	132.344.746	132.344.746

O montante de R\$ 7.500.000 foi liberado em virtude do enfrentamento da pandemia do COVID-19, conforme Termos Aditivos relacionados abaixo:				
Verba	2021	2020		
Termo aditivo n.º 02/21	3.000.000	3.000.000		
Termo aditivo n.º 04/21	3.000.000	3.000.000		
Termo aditivo n.º 06/21	1.000.000	1.000.000		
Termo aditivo n.º 09/21	500.000	500.000		
Total	7.500.000	7.500.000		

Durante o exercício social de 2021 o Hospital recebeu dois Termos Aditivos oriundos de verbas de Investimento				
Verba	2021	2020		
Termo aditivo n.º 05/21 Programa Rede Cegonha	428.151	428.151		
Termo aditivo n.º 01/21 Verba Parlamentar	499.000	499.000		
Total	927.151	927.151		

Em 30/11/2021 ocorreu o encerramento do Contrato de Gestão, processo de origem nº 001.0500.00034/2016. Na data de 01/12/2021 a entidade celebrou um novo contrato de gestão, conforme processo SES-PRC-2021/32592 com o prazo de vigência de 5 anos, com valor de repasse estimado em R\$ 788.322.166 (setecentos e oitenta e oito milhões, trezentos e vinte e dois mil, cento e sessenta e seis reais). Deste montante foi repassado para o mês de dezembro/2021 o valor de R\$ 13.138.703 (Treze milhões, cento e trinta e oito mil e setecentos e três reais) a título de Custeio para execução dos serviços. **12. Provisão Para Contingências Passivas:** Para os processos judiciais e administrativos em que a entidade figura no polo passivo da lide, são constituídas provisões, consoante NBC TG 25 (R2), para todas as contingências de natureza trabalhista, cíveis e tributárias, que apresentem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda é realizada pelos advogados internos e advogados externos que assessoram a instituição. Para os valores passivos que possuem como contrapartidas depósitos judiciais, foram realizadas as devidas atualizações findo o exercício de 2021. Os montantes estão assim representados:

Descrição	2021	2020
Processos cíveis	154.435	-
Total de Contingências no Curto Prazo	154.435	
Reclamações trabalhistas	3.652.718	1.565.297
Processos cíveis	675.413	1.579.828
Processos tributários	381.392	410.720
Total de Contingências no longo prazo	4.709.523	3.555.845
Total de Contingências Passivo (Circulante e Não Circulante)	4.863.958	3.555.845

Outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, contudo, que sejam divulgados em nota explicativa, apresentam os seguintes montantes em 31/12/2021: R\$ 4.702.290 (Cível), R\$ 6.725 (Diversos Cíveis), R\$ 287.280 (Trabalhista) e R\$ 6.230 (Tributário). **13. Patrimônio Líquido:** Em consonância com o artigo 14 do Código Tributário Nacional, a entidade não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título e aplica integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais. Prevê seu Estatuto Social que em caso de dissolução ou extinção, o patrimônio social remanescente será destinado a uma instituição congênere, dotada de personalidade jurídica preferencialmente constituída pelas Religiosas Professas, Irmãs de Santa Marcelina, e em não havendo, será destinado para uma instituição pública. A Organização Social de Saúde Santa Marcelina – Hospital Geral de Itaquaquecetuba aplica seus recursos exclusivamente nos objetivos do contrato de gestão. De acordo com o mencionado na Nota Explicativa nº 1, face ao contrato de gestão e execução dos serviços de saúde, os recursos financeiros destinados à Organização Social de Saúde Santa Marcelina – Hospital Geral de Itaquaquecetuba são providos em sua maior parte, pela Secretaria Estadual de Saúde do Governo do Estado de São Paulo. Nesse sentido, a entidade depende do recebimento regular desses recursos, bem como das políticas e diretrizes traçadas pela Secretaria Estadual de Saúde do Governo do Estado de São Paulo para a manutenção de suas atividades e de seu equilíbrio econômico-financeiro. O saldo do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto) do exercício de 2021 é de (R\$ 31.117.464), em 2020 era de (R\$ 29.753.004). **14. Receitas Realizadas de Recursos do Contrato de Gestão:**

Receitas realizadas de Recursos do contrato de gestão	2021	2020
Verbas Públicas de Custeio	139.711.233	138.691.266
Verbas Públicas de Investimento	4.985	62.021
Total Receitas Realizadas Contrato de Gestão	139.716.218	138.753.287

As receitas são realizadas de acordo com o que consta na nota explicativa nº 2.i. **15. Doações Recebidas:** As seguintes doações foram recebidas durante o exercício:

Descrição	2021	2020
Doações de Materiais e Medicamentos	182.748	183.765
Total	182.748	183.765

16. Despesas Com Pessoal			
Descrição	2021	2020	
Pessoal Próprio	84.434.040	83.478.636	
Benefícios	4.803.324	4.620.375	
Encargos	6.708.437	7.222.395	
Total	95.945.801	95.321.406	
17. Despesas Administrativas e Gerais:			
Descrição	2021	2020	
Água e esgoto	1.089.468	1.334.642	
Assinaturas, anúncio e publicações	3.602	3.402	
Associações de classe	42.094	37.555	
Bens de natureza permanente	19.990	63.389	
Cartórios e autenticações	140	14	
Condução e refeição	957	898	
Custas legais	291.990	710.929	
Correios	1.843	1.116	
Energia elétrica	1.902.076	1.642.701	
Licença de Uso de Software	-	7.880	
Manut. Conserv. Veiculos	2.617	12.224	
Peças e Acessórios para Veiculos	8.432	2.044	
Seguros em geral	94.845	138.221	
Telefone e internet	94.521	75.736	
Outras	184	182.752	
Total	3.552.759	4.213.503	

18. Medicamentos e Materiais:			
Descrição	2021	2020	
Medicamentos	6.910.045	6.029.546	
Materiais de Consumo	15.306.505	16.173.541	
Total	22.216.550	22.203.087	

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

ção do Valor Adicionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a qual está sendo apresentada com o propósito de permitir análises adicionais, não sendo requerida como parte das Demonstrações Contábeis básicas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos nesse relatório e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada em todos os aspectos relevantes, em relação às Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório de atividades, conforme demonstrado na nota explicativa nº 03. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório de atividades e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse demonstrativo. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria. São Paulo, 21 de janeiro de 2022.

19. Receitas (Despesas) Financeiras: Os encargos financeiros e as variações monetárias líquidas, apropriados ao resultado estão demonstrados como segue:

Descrição	2021	2020
Despesa financeira		
Despesas financeiras	(19.120)	(15.286)
Despesas bancárias	(26.681)	(26.055)
Subtotal	(45.801)	(41.341)
Receita financeira		
Descontos obtidos	28.865	121.855
Atualização monetárias	1.448	-
Subtotal	30.314	121.855
Total	(15.487)	80.514

20. Imunidade e Isenção Tributária: A Casa de Saúde Santa Marcelina é uma entidade beneficente e filantrópica, que goza da imunidade aos Impostos nos termos do art. 150, VI, "c" da CF/88, bem como da imunidade às Contribuições para a seguridade social disposta no art. 195, §7º da CF/88. Para tanto a instituição cumpre integralmente com os requisitos para o gozo da imunidade previstos no art. 14 do Código Tributário Nacional, bem como cumpre com os procedimentos da Lei Complementar 187/2021 que revogou a Lei 12.101/2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social. A entidade usufrui do benefício fiscal da isenção às Contribuições de Terceiros segundo disposto no art. 3º, § 5º da Lei 11.457/2007. Em atendimento a Portaria 1.970/2011, para o cumprimento dos requisitos do CEBAS, a entidade informa o valor usufruído das Contribuições para a Seguridade Social:

Descrição	2021	2020
Ordenados e salários	83.454.804	82.293.015
Percentual de contribuição devida INSS (*)	22%	22%
Subtotal	18.360.057	18.104.463
PIS	88.199.886	86.408.208
Percentual de contribuição devida PIS	1%	1%
Subtotal	881.999	864.082
Total	19.242.056	18.968.545

(*) INSS 20% e Seguros contra riscos e acidentes (SAT/RAT) 2%	2021	2020
Descrição		
Serviços prestados por pessoa física (autônomos inclusive médicos)	2.535.399	2.023.021
Percentual de contribuição devida INSS	20%	20%
Total	507.080	404.604

A entidade usufrui da Isenção das Contribuições para Terceiros, nos termos da Lei 11.457/2007, art. 3º, § 5º. Trata-se de benefício fiscal, pois, podendo instituir e cobrar o tributo, ocorre uma renúncia fiscal por meio do instituto da isenção. Desta maneira a fim de cumprir o item 27, "c" da ITG 2002 onde preconiza que, as demonstrações contábeis devem ser complementadas por notas explicativas que contenham relação dos tributos objeto de renúncia fiscal, abaixo segue quadro com as devidas informações:

Descrição	2021	2020
Ordenados e salários	83.454.804	82.293.015
Percentual de contribuição devida	5,80%	5,80%
Total	4.840.379	4.772.995

21. Compensações: A entidade utiliza-se de conta de compensação para controle de informações econômicas de seu interesse. Abaixo consta representado em valores os bens recebidos a título de Permissão de Uso da Secretaria de Estado de Saúde do Estado de São Paulo, mas que não foram imobilizados em razão de não terem sido adquiridos pela própria Organização Social com verbas recebidas oriundas do Contrato de Gestão. Em 2021 a instituição recebeu da Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo o montante de R\$ 61.500 em bens, conforme GPB nº 224/2021.

Descrição	2021	2020
Saldo Inicial	7.236.411	7.236.411
Bens Recebidos a título de Permissão de Uso	61.500	-
Saldo Final	7.297.911	7.236.411

Os valores aqui apresentados não compõem o Ativo e Passivo da Entidade. **22. Cobertura de Seguros:** A entidade adota medidas preventivas por meio da contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros. De acordo com o disposto no item 27 (i) da NBC TG 2002 (R1), seguem abaixo informações sobre os seguros contratados:

Seguradora	Modalidade	Segurados	Vencimento
Unimed Seguros	Responsabilidade Civil	1.500.000	15/07/2022
Allianz Seguradora	Seguro Predial	30.000.000	20/10/2022
Itaú Seguro	Seguro de Veículos	200.000	25/09/2022
Porto Seguro	Seguro de Equipamentos Médicos	9.800	25/09/2022

23. Eventos Subsequentes: Para execução das atividades atinentes ao Contrato de Gestão em 2022 está previsto que a entidade receberá a título de custeio o valor de R\$ 157.664.433 (cento e cinquenta e sete milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e três reais) que onerará a rubrica 10.302.0930.4852.000, no item 33 50 85 00 do Fundo Estadual de Saúde, conforme publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 01 de dezembro de 2021.

Ir. Rosane Ghedin - Diretora Presidente
Rodrigo Ronald Henrique da Silva - Contador - CRC 1SP-290165/O-2

A Diretoria da **Organização Social de Saúde Santa Marcelina - Hospital Geral de Itaquaquecetuba**, Itaquaquecetuba - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Organização Social de Saúde Santa Marcelina - Hospital Geral de Itaquaquecetuba, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Organização Social de Saúde Santa Marcelina - Hospital Geral de Itaquaquecetuba em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para o fato que, a Entidade apresentava passivo a descoberto no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 31.117.464, quando o seu passivo circulante excedia o seu ativo circulante em R\$ 26.949.487 e de acordo com o mencionado na Nota Explicativa nº 1, face ao contrato de gestão e execução das atividades e serviços de saúde, os recursos financeiros destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela Organização Social de Saúde Santa Marcelina - Hospital Geral de Itaquaquecetuba é provido, em sua maior parte, pelo Governo do Estado de São Paulo. A continuidade operacional da Entidade dependerá do sucesso do plano de continuidade e de aportes de seu controlador. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Adicionalmente, examinamos a Demonstra-

ção do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e as correspondentes Notas Explicativas, considerando tanto o parecer emitido pela auditoria Cokinoks & Associados Auditores Independentes. Com base nos exames efetuados, o Conselho para Assuntos Econômicos e Fiscais, entendendo que as peças acima citadas representam adequadamente a Posição Patrimonial e Econômica da entidade e que

estão em conformidade com as disposições legais pertinentes à matéria, por unanimidade de seus membros, opina favoravelmente à aprovação integral e sem qualquer ressalva dos referidos documentos. São Paulo, 03 de março de 2022.
Irmã Giuseppina Raineri
Irmã Maria Theresa Lorenzoni
Irmã Carla Rosimeire Felix

COKINOKS & ASSOCIADOS Auditores Independentes S/S
CRC-2SP 15.753/O-0
José Luiz de Faria - Contador
CRC-1SP116.868/O-8 Registro CVM n.º 7.021

estão em conformidade com as disposições legais pertinentes à matéria, por unanimidade de seus membros, opina favoravelmente à aprovação integral e sem qualquer ressalva dos referidos documentos. São Paulo, 03 de março de 2022.
Irmã Giuseppina Raineri
Irmã Maria Theresa Lorenzoni
Irmã Carla Rosimeire Felix

Termo de Aditamento ao Convênio nº 02/22

Processo 2